

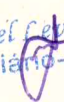
Tribunal de Contas do Distrito Federal
Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato n.º 21/2019

Contratante: Tribunal de Contas do Distrito Federal - CNPJ n.º 00.534.560/0001-26 -
Contratada: CETEFE-ASSOCIAÇÃO DE CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL - CNPJ n.º 26.444.653/0001-53 - Objeto: contratação de
associação de pessoas portadoras de deficiência especializada para a prestação de serviços de
digitalização de documentos, incluindo a sua preparação, higienização, digitalização,
validação, controle de qualidade e indexação, com regime de dedicação exclusiva de mão de
obra, em atendimento às necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) -
retificação do valor contratual - Processo n.º 18390/2019 - Licitação: Dispensa de Licitação
com base no inciso XX da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Fundamento Legal do
Aditivo: artigos 54 e 58, inciso I, § 2º da Lei nº 8.666/1993, e no artigo 143 da Lei nº
10.406/2002 - Vigência e Execução: de 19/12/2019 a 06/10/2020 - Valor estimado do
Aditivo: R\$292.979,16 (duzentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e nove reais e
dezesesse centavos) - Unidade Gestora: 20101 - Gestão: 1 - Classificação Orcamentária:
339037 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA - Programa de Trabalho: 01122600385170019 -
Fonte de Recursos: 100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO - Nota de Empenho:
2019NE01060 - Data de Emissão da NE: 02/10/2019 - Valor da NE: R\$72.866,79 (setenta e
dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos) - Data da Assinatura:
19/12/2019 - Assinam: pelo Tribunal, Paulo Cavalcanti de Oliveira; e, pela Contratada, Célia
Carlos de Oliveira.

Data de Publicação do termo anterior: Contrato n.º 21/2019 (DODF n.º 198, pág. 114,
16/10/2019).


Rosana Pinheiro da Silva
Assessoria-Segedam

PUBLICADO no
DIÁRIO OFICIAL DO DF n.º 243
de 13 / 12 / 19 pág. 54


Rafael Levi Anaisi
Estagiário-Segedam

trezentos e sessenta e cinco reais), conforme Nota de Empenho nº 2019NE01230, emitida em 19/12/2019, sob o evento nº 400091, na modalidade Global. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA: 3.1 - Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 28/02/2020. CLÁUSULA QUINTA - CONTRAPARTIDA: 5.1 - Não haverá exigência de depósito de recursos financeiros para fins de cumprimento da contrapartida. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GESTOR DA PARCERIA: BÁRBARA LUIZA DOS SANTOS PINHEIRO, matrícula nº 238.654-2, Analista de Atividades Culturais. Data da assinatura: 19 de dezembro de 2019. p/ SECRETARIA: CRISTIANO VASCONCELOS DA SILVA, p/ ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: CAMILA PALATUCCI ARANTES.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2019**

Contratante: Tribunal de Contas do Distrito Federal - CNPJ nº 00.534.560/0001-26 - Contratada: CETEF-ASSOCIAÇÃO DE CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL - CNPJ nº 26.444.653/0001-53 - Objeto: contratação de associação de pessoas portadoras de deficiência especializada para a prestação de serviços de digitalização de documentos, incluindo a sua preparação, higienização, digitalização, validação, controle de qualidade e indexação, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra; em atendimento às necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) - retificação do valor contratual - Processo nº 18390/2019 - Licitação: Dispensa de Licitação com base no inciso XX da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Fundamento Legal do Aditivo: artigos 54 e 58, inciso I, § 2º da Lei nº 8.666/1993, e no artigo 143 da Lei nº 10.406/2002 - Vigência e Execução: de 19/12/2019 a 06/10/2020 - Valor estimado do Aditivo: R\$292.979,16 (duzentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e nove reais e dezesseis centavos) - Unidade Gestora: 20101 - Gestão: 1 - Classificação Orçamentária: 339037 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA - Programa de Trabalho: 01122600385170019 - Fonte de Recursos: 100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO - Nota de Empenho: 2019NE01060 - Data de Emissão da NE: 02/10/2019 - Valor da NE: R\$72.866,79 (setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sete centavos) - Data da Assinatura: 19/12/2019 - Assinam: pelo Tribunal, Paulo Cavalcanti de Oliveira; e, pela Contratada, Celia Carlos de Oliveira. Data de Publicação do termo anterior: Contrato nº 21/2019 (DODF nº 198, pág. 114, 16/10/2019).

INEDITORIAIS**DIRECIONAL ENGENHARIA S/A****AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

Torna público que está requerendo do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação para a atividade de parcelamento de solo urbano Bairro Crixá, Quadras 1 e 2, na Região Administrativa de São Sebastião. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. Processo nº (00391-00017603/2017-12).

DAR-1.258/2019

VALE DAS ÁGUAS INCORPORAÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**AVISO DE REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PRÉVIA**

Torna público que está requerendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença Prévia, a título de prorrogação da Licença Prévia nº 2/2018, para atividade de parcelamento de solo, na DF 140, processo nº 00391.00012201/2017-13). VALE DAS ÁGUAS INCORPORAÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

DAR-1.249/2019

ASSOCIAÇÃO DOS INQUILINOS SEM TETO DA EXPANSÃO DO SETOR "O" E SETOR DE INDÚSTRIA DE CEILÂNDIA**AVISO DE CONVOCAÇÃO**

Associação dos Inquilinos Sem Teto da Expansão do Setor "O" e Setor de Indústria de Ceilândia CNPJ: 04.116.769/0001-20, convoca a associada MARCIA RIBEIRO DOS SANTOS, CPF:091.263.244-93, a comparecer no prazo de quarenta e oito horas a partir desta publicação à sede da associação para que se manifeste interesse em regularizar os pagamentos dos boletos da CODHAB em atraso, taxas de sondagem em atraso, apresentação dos projetos de arquitetura e estrutural em atraso do empreendimento da QS 18, CONJUNTO 7 LOTE 40- RIACHO FUNDO II.

DAR-1.247/2019

NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 09.625.321/0001-56 - NIRE Nº 53.3.0001698-4
COMPANHIA FECHADA

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2019**

1 Data, Hora e Local: Aos 20 dias do mês de dezembro do ano de 2019, às 14 horas, na sede social da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), localizada na ST SCN Quadra 01, nº 85, Bloco C, salas 1708 a 1714 (parte), Edifício BSB Trade Center, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.711-902. 2. Convocação: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos Conselheiros, conforme previsto no Artigo 22, Parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia. 3. Presença: (i) Conselheiros: Willamy Moreira Frota, João Pinheiro Nogueira Batista, Wilson Fernandes de Paula e Flavio Câmara de Sousa; e (ii) Convidados: Denise Araújo Francisco e José Assad Thome Junior. 4. Mesa: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. João Pinheiro Nogueira Batista ("Presidente"), que convidou o Sr. Flavio Câmara de Sousa para secretariado ("Secretário"). 5. Ordem do Dia: (i) Examinar e deliberar sobre a 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de notas promissórias comerciais, em série única, no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Notas Promissórias"), nos termos da Instrução da CVM nº 566, de 31 de julho de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 566" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada

("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente); (ii) Autorizar a Diretoria da Companhia a, observado o disposto no item (i) acima, discutir, negociar e definir todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão e à Oferta Restrita, além de praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Restrita, inclusive contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão e à Oferta Restrita; e (iii) Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia para efetivação da Emissão e da Oferta Restrita. 6. Assuntos e Deliberações: Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, a lavratura da presente ata sob a forma sumária e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos Conselheiros. Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos, tomadas as seguintes deliberações e aprovadas por unanimidade de votos dos presentes: 6.1 - Primeira Emissão de Notas Promissórias Comerciais e Oferta Pública de Distribuição com Esforços Restritos: Os Conselheiros aprovaram, de acordo com o previsto no Artigo 24, Alínea "e" do Estatuto Social da Companhia, a Emissão e a Oferta Restrita, cujas principais características e condições são as seguintes: (a) Número da Emissão: as Notas Promissórias representam a 1ª (primeira) emissão de Notas Promissórias da Companhia; (b) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida); (c) Data de Emissão: para todos os efeitos legais, a data de emissão das Notas Promissórias corresponderá à data da sua subscrição e integralização, a qual será indicada nas cartúlas ("Data de Emissão"); (d) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; (e) Quantidade de Notas Promissórias: a Emissão será composta de 40 (quarenta) Notas Promissórias; (f) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Notas Promissórias será de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (g) Destinação dos Recursos: os recursos captados com a Oferta Restrita serão destinados ao reforço do capital de giro da Companhia, de modo a viabilizar o cumprimento de obrigações de curto prazo da Companhia; (h) Forma, Circulação e Comprovação de Titularidade: as Notas Promissórias serão emitidas sob a forma cartular, e ficarão custodiadas perante a instituição financeira a ser contratada pela Companhia para prestação de serviços de custódia da guarda física das Notas Promissórias ("Custodiantes"). As Notas Promissórias circularão por endosso em preto, sem garantia do endossante, de mera transferência de titularidade. Para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Promissórias será comprovada pela posse das cartúlas. Para Notas Promissórias depositadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento CETIP UTMV ("B3"), a titularidade será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do respectivo titular da Nota Promissória; (i) Garantia: as Notas Promissórias não contarão com garantia real, fiduciária, aval ou qualquer outra espécie de garantia; (j) Prazo de Vencimento: para todos os efeitos legais, as Notas Promissórias terão o prazo de vencimento de 270 (duzentos e setenta) dias contados a partir da Data de Emissão; (k) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: o preço de subscrição e integralização das Notas Promissórias será correspondente ao Valor Nominal Unitário, podendo o preço de integralização ser acrescido de ágio ou deságio, desde que aplicados em igualdade de condições para todas as Notas Promissórias; e sua integralização dar-se-á à vista, no ato da subscrição, na Data de Emissão, exclusivamente por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), de acordo com as normas de liquidação da B3, em moeda corrente nacional. Todas as Notas Promissórias serão subscritas e integralizadas na mesma data; (l) Regime de Colocação: as Notas Promissórias serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 566 e da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro perante a CVM, sendo a distribuição pública realizada sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Promissórias objeto da Oferta Restrita, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), sendo a instituição intermediária líder denominada "Coordenador Líder". Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita; (m) Distribuição e Negociação: as Notas Promissórias serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário exclusivamente através do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3, sendo que concomitantemente à liquidação, as Notas Promissórias serão depositadas em nome do titular no Sistema de Custódia Eletrônica da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3, e as Notas Promissórias depositadas eletronicamente na B3. As Notas Promissórias serão ofertadas exclusivamente a, no máximo, 75 (setenta e cinco) investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Investidores Profissionais" e "Instrução CVM 539", respectivamente), podendo ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais. Não obstante o disposto acima e observado o cumprimento pela Companhia das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, as Notas Promissórias somente poderão ser negociadas, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Instrução CVM 539) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de sua subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, salvo na hipótese do lote de Notas Promissórias objeto do exercício da garantia firme pelos Coordenadores ("Garantia Firme"), devendo, na negociação subsequente: (i) ser observada, pelo adquirente, a restrição de negociação de 90 (noventa) dias acima referida, contados a partir do exercício da Garantia Firme; e (ii) serem observados os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis; (n) Local de Pagamento: os pagamentos referentes às Notas Promissórias serão realizados pela Companhia no respectivo vencimento, em conformidade com os procedimentos adotados pela B3, para as Notas Promissórias depositadas eletronicamente na B3 ou, no caso das Notas Promissórias que não estejam depositadas eletronicamente na B3, na sede da Companhia ou, ainda, em conformidade com os procedimentos adotados pela instituição prestadora dos serviços de banco mandatário a ser contratada pela Companhia ("Banco Mandatário"), conforme aplicável. Farão jus ao recebimento de qualquer valor relativo às Notas Promissórias aqueles que forem titulares das Notas Promissórias no encerramento do Dia Útil (conforme definido abaixo) imediatamente anterior à respectiva data de pagamento; (o) Prorrogação de Prazos: consideram-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nas Notas Promissórias, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com data que não seja considerada um Dia Útil, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Entende-se como "Dia Útil" para fins da Emissão e da Oferta Restrita, (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo; e (iii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária a ser prevista nas cartúlas, qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou feriado em Brasília, Distrito Federal; (p) Encargos Moratórios: ocorrendo impuntualidade no pagamento pela Companhia de qualquer obrigação decorrente das Notas Promissórias, adicionalmente ao pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão, até a data do efetivo pagamento, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, independentemente de aviso, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios"); (q) Resgate Antecipado Facultativo Total: não será permitido o resgate antecipado facultativo das Notas Promissórias; (a) Resgate Antecipado Obrigatório Total: caso, durante a vigência das Notas Promissórias, a Companhia (i) receba os recursos decorrentes de financiamento de longo prazo junto às instituições financeiras; (ii) receba os recursos de sociedades controladas ou coligadas, controladoras diretas e sociedades sob controle comum da Companhia ("Grupo Econômico"); (iii) receba os recursos decorrentes de nova emissão de debêntures; ou (iv) receba

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tc.df.gov.br/autenticidade.html> pelo código 50012019122300054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.